

NEWSLETTER DIGESTO N.º 06/2018

Disponibilização: 26 de março de 2018

Período abrangido: 12 a 23 de março de 2018



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. Administração Interna
 - Forças e Serviços de Segurança
 - Proteção Civil
2. Administração e Políticas Públicas
3. Agricultura
4. Ambiente
 - Ambiente e Conservação da Natureza
 - Florestas e Desenvolvimento Rural
5. Ciência e Tecnologia
6. Cultura
7. Defesa
8. Eleições
9. Justiça
 - Política de Justiça
10. Mar
11. Modernização Administrativa
12. Negócios Estrangeiros
 - Negócios Estrangeiros e Cooperação
13. Obras Públicas
14. Regiões Autónomas
 - Madeira
15. Saúde
16. Trabalho

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

[Despacho n.º 2518/2018, de 12 de março](#)

(Administração Interna - Polícia de Segurança Pública - Direção Nacional)

Regula as condições relativas ao uso e porte de arma por pessoal com funções de polícia florestal afeto aos Corpos de Polícia Florestal das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

- PROTEÇÃO CIVIL

[Decreto-Lei n.º 19-A/2018, de 15 de março](#)

(Administração Interna)

Adapta o regime contraordenacional aplicável à gestão das faixas secundárias de gestão de combustível.

2. ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

[Portaria n.º 73/2018, de 12 de março](#)

(Presidência do Conselho de Ministros, Justiça e Planeamento e das Infraestruturas)

Define os termos e as condições de utilização do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para a certificação de atributos profissionais, empresariais e públicos através do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital.

[Portaria n.º 77/2018, de 16 de março](#)

(Presidência do Conselho de Ministros, Negócios Estrangeiros, Finanças, Administração Interna, Justiça, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde)

Procede à regulamentação necessária ao desenvolvimento da Chave Móvel Digital (CMD).

3. AGRICULTURA

[Despacho Normativo n.º 5/2018, de 12 de março](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Altera (sétima alteração) o despacho normativo n.º 14/2014, de 29 de outubro, que estabelece as normas complementares de execução dos regimes de apoio associado «animais»; e altera (primeira alteração) o despacho normativo n.º 2/2018, de 10 de janeiro, que procede à sexta alteração ao despacho normativo n.º 14/2014, de 29 de outubro.

4. AMBIENTE

- AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

[Aviso n.º 3498-A/2018, de 15 de março](#)
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Publica Aviso destinado a apoiar soluções locais de economia circular, cujos beneficiários são as Juntas de Freguesia (JUNTAr).

[Aviso n.º 3771-A/2018, de 21 de março](#)
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Publica Aviso destinado a apoiar e promover operações (e.g., programas, projetos, ações, campanhas) de Educação Ambiental, incentivando a sua replicação por outros agentes ou regiões e fomentando a criação de parcerias como forma de promover o uso eficiente da água (Educação Ambiental + Sustentável: Promover o uso eficiente da água).

[Aviso n.º 3771-B/2018, de 21 de março](#)
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Publica Aviso destinado a apoiar e promover operações (e.g., programas, projetos, ações, campanhas) de Educação Ambiental, incentivando a sua replicação por outros agentes ou regiões e fomentando a criação de parcerias como forma de promover a preservação dos rios e ribeiras (Educação Ambiental + Sustentável: Repensar rios e ribeiras).

- FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

[Portaria n.º 73-A/2018, de 12 de março](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece um regime especial da tipologia de intervenções específicas e dos níveis e limites de apoio, em derrogação do disposto no n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho - que estabelece o regime do apoio 6.2.2, «Restabelecimento do potencial produtivo», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020) -, a conceder às explorações afetadas pelo tornado que percorreu o sotavento do litoral Algarvio no dia 4 de março de 2018, nas zonas em que tal fenómeno venha a ser reconhecido como fenómeno climático adverso.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2018, de 13 de março](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-B/2017, de 27 de outubro, que cria a Estrutura de Missão para a instalação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIF).

[Despacho n.º 2679-A/2018, de 14 de março](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Reconhece como «fenómeno climático adverso», nos termos e para os efeitos do disposto na Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, que estabelece o regime de aplicação do apoio 6.2.2, «Restabelecimento do potencial produtivo», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - PDR 2020), o violento tornado verificado no dia 4 de março de 2018, na região litoral de Sotavento Algarvio, e estabelece as regras do apoio à reconstituição ou reposição do potencial produtivo das explorações agrícolas danificadas.

5. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2018, de 12 de março](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a Estratégia Portugal Espaço 2030, a qual encara o Espaço como um recurso fundamental para as ambições coletivas de Portugal, das suas empresas e instituições científicas e tecnológicas, públicas e privadas, e estimula a democratização contínua do acesso ao espaço.

6. CULTURA

[Aviso n.º 3236/2018, de 12 de março](#)
(Cultura - Direção-Geral das Artes)

Publicita a abertura de concurso para a apresentação de candidaturas no âmbito do Programa de Apoio a Projetos no domínio da Internacionalização.

7. DEFESA

[Portaria n.º 186/2018, de 19 de março](#)
(Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Autoriza o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas a empregar e sustentar, como contributo de Portugal para os Standing NATO Mine Countermeasures Groups (SNMCMG), uma Força Nacional Destacada constituída por um efetivo de 12 militares, podendo o efetivo, por razões operacionais no âmbito do aprovado para esta missão, ser subdividido em equipas e embarcado em navio aliado empenhado na SNMCMG 1 ou 2, por um período consecutivo de até 2 meses por equipa.

8. ELEIÇÕES

[Despacho n.º 2549/2018, de 13 de março](#)

(Administração Interna - Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais)

Determina a marcação de eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Vacalar, Município de Armamar, Distrito de Viseu, no dia 20 de maio de 2018.

9. JUSTIÇA

- POLÍTICA DE JUSTIÇA

[Diretiva n.º 1/2017, de 13 de março](#)

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Emite diretivas e instruções genéricas para execução da Lei de Política Criminal para o biénio 2017/2019.

[Portaria n.º 78/2018, de 16 de março](#)

(Justiça)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 46/2015, de 23 de fevereiro, que altera (primeira alteração) a Portaria n.º 278/2013, de 26 de agosto, que regulamenta o processamento dos atos e os termos do processo de inventário nos cartórios notariais, no âmbito do Regime Jurídico do Processo de Inventário aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março.

10. MAR

[Despacho n.º 2525/2018, de 12 de março](#)

(Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Pescas)

Estabelece tamanhos mínimos de comercialização aplicáveis a algumas espécies provenientes de aquicultura.

[Portaria n.º 82/2018, de 23 de março](#)

(Mar)

Altera (sétima alteração) o Regulamento da Pesca no Rio Lima, aprovado pela Portaria n.º 561/90, de 19 de julho.

11. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Decreto-Lei n.º 19/2018, de 14 de março](#)

(Administração Interna)

Altera (oitava alteração) o Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, que aprovou o regime legal de concessão e emissão dos passaportes.

[Decreto-Lei n.º 20/2018, de 23 de março](#)

(Presidência e da Modernização Administrativa)

Integra no regime de equiparação a entidade pública empresarial as atribuições da Agência para a Modernização Administrativa, I. P., no âmbito das tecnologias de informação e comunicação.

12. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

[Despacho \(extrato\) n.º 2599/2018, de 14 de março](#)

(Negócios Estrangeiros - Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas)

Determina que os cartões de cidadão bem como os códigos de ativação, o código pessoal (PIN) e o código pessoal para desbloqueio (PUK), nas situações de inexistência de serviços de correio local, de exigência de procedimentos aduaneiros ou de impossibilidade do envio pelas vias comerciais, incluindo a utilização de correio expresso pela INCM, sejam remetidos por mala diplomática para os Postos Consulares nos seguintes países: África do Sul; Angola; Argentina; Austrália; Brasil para os seguintes Postos Consulares (Consulado Geral de Portugal em São Paulo, Consulado Geral no Rio de Janeiro, Consulado em Belo Horizonte, Vice Consulado em Belém do Pará, Vice Consulado em Curitiba e Vice Consulado em Fortaleza); Cabo Verde; Chile; China; Chipre; Colômbia; Egito; Emirados Árabes Unidos; Índia; Indonésia; México; Moçambique; Namíbia; Panamá; Qatar; Rússia; São Tomé e Príncipe; Timor Leste; Tunísia; Ucrânia; Venezuela.

[Decreto do Presidente da República n.º 23/2018, de 15 de março](#)

(Presidência da República)

Ratifica o Acordo de Sede entre a República Portuguesa e o Tribunal Permanente de Arbitragem, assinado em Lisboa, em 16 de junho de 2017, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 69/2018, em 19 de janeiro de 2018.

[Aviso n.º 33/2018, de 15 de março](#)

(Negócios Estrangeiros)

Torna público que se encontram cumpridos os respetivos requisitos de direito interno para a entrada em vigor do Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Económica e Técnica, assinado em Kazan, em 20 de setembro de 2017.

13. OBRAS PÚBLICAS

[Aviso n.º 3800/2018, de 22 de março](#)

(Planeamento e das Infraestruturas - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.)

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços.

[Aviso n.º 3801/2018, de 22 de março](#)

(Planeamento e das Infraestruturas - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.)

Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços.

[Aviso n.º 3802/2018, de 22 de março](#)

(Planeamento e das Infraestruturas - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.)

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços.

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março](#) (Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Altera (sétima alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2018/M, de 19 de março](#) (Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Fixa para valer no ano de 2018, o valor do metro quadrado padrão para efeitos da indústria da construção civil.

15. SAÚDE

[Despacho n.º 2522/2018, de 12 de março](#) (Saúde - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e da Secretária de Estado da Saúde)

Autoriza a realização de testes rápidos (testes "point of care") de rastreio de infeções por vírus da imunodeficiência humana (VIH), vírus da hepatite C (VHC) e vírus da hepatite B (VHB) nas farmácias comunitárias e nos laboratórios de patologia clínica/análises clínicas.

[Portaria n.º 76/2018, de 14 de março](#) (Saúde)

Estabelece um regime excecional de comparticipação do Estado no preço das tecnologias de saúde para crianças com sequelas respiratórias, neurológicas e/ou alimentares secundárias à prematuridade extrema.

[Portaria n.º 79/2018, de 16 de março](#)
(Saúde)

Aprova o Regulamento do Internato Médico.

[Despacho n.º 3026/2018, de 23 de março](#)
(Saúde - Gabinete do Ministro)

Cria a distinção de mérito do Ministério da Saúde e aprova o respetivo Regulamento.

[Despacho n.º 3027/2018, de 23 de março](#)
(Saúde - Gabinete da Secretária de Estado da Saúde)

Define orientações gerais para a celebração e/ou renovação de contratos em regime de prestação de serviços de pessoal médico, para a prestação de cuidados de saúde, por parte dos serviços ou estabelecimentos integrados no Serviço Nacional de Saúde.

16. TRABALHO

[Lei n.º 14/2018, de 19 de março](#)
(Assembleia da República)

Altera o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento e reforça os direitos dos trabalhadores, alterando (décima terceira alteração) o Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

Digesto@jurisapp.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão